

O PMDB insiste na moratória e no veto ao FMI

O PMDB vai reafirmar sua posição contrária à suspensão da moratória e contra qualquer referência ao FMI nos entendimentos que estão sendo mantidos com os credores internacionais, informou ontem o coordenador do grupo de Economia do

partido, deputado Irajá Rodrigues. Ele conversou ontem à tarde com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com quem acertou encontro com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que poderia ser realizado ontem mesmo, para reiterar expressamente a posição do PMDB.

Ulysses Guimarães recebeu, ainda, a visita do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que entrou e saiu do seu gabinete dizendo-se a favor da moratória e contra qualquer acordo com o FMI. "A moratória foi feita por telex e espero que o Brasil saia dela com a mesma dignidade e pela porta da frente", disse Funaro. O FMI, segundo ele, "é a porta dos fundos".

Irajá Rodrigues disse, por sua vez, que aceitar o pagamento de US\$ 500 milhões e a contratação de um empréstimo jumbo de US\$ 1 bilhão, "sem reduzir o **spread**, sem qualquer referência à redução dos juros e com promessa de entendimento futuro com o FMI, seria a capitulação absoluta do Brasil".

O parlamentar ressaltou, contudo, que o ministro Bresser Pereira garantiu a Ulysses Guimarães que a posição brasileira é de "negociar ou romper". O ministro explicou no entanto que o rompimento significará o desligamento do País do sistema financeiro internacional, o que não pode ser feito sem se pesar, responsavelmente, suas consequências.

Para o deputado Irajá Rodrigues, o Brasil nada tem a perder com o rompimento, pois não existe qualquer possibilidade de o País conseguir dinheiro novo nos próximos anos. Segundo ele, se o governo dos Estados Unidos não rebaixar o Brasil à condição de mau pagador, não será em consideração ao País, "mas porque isso provocará a rebaixa da Bolsa, o que não interessa a eles".

E os empresários pedem um acordo rápido

A maioria dos empresários presentes ontem ao almoço no Clube Paulistano em São Paulo, em homenagem ao diretor da Cacex, Namir Salek, que comemorava 60 anos de idade, é de opinião de que o Brasil necessita fechar rapidamente um acordo sobre a dívida externa. Aldo Lorenzetti, presidente da Abinee, disse que "o fato de o Brasil realizar um depósito simbólico dos juros demonstra boa vontade para negociar, contribuindo para o desenvolvimento das negociações". Segundo ele, o País precisa "urgentemente" de dinheiro novo.

O diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Walter Sacca, acha "satisfatório" o que está sendo feito, apesar de considerar ideal um acordo de longo prazo, porque "ir ao FMI não nos deve assustar, já que devemos confiar em nossa capacidade de negociar". Para ele, só se houver medo deve-se fugir a uma negociação com o FMI.

Embora confesse não conhecer todos os termos do acordo que está sendo fechado em Nova York, o presidente da Abimaq, Luís Carlos Delben Leite, disse que seria positivo para o País "se o acordo abrangesse toda a dívida e não apenas a questão dos juros". Só a conversão de parte da dívida em capital, afirmou, permitiria ao País equacionar o problema externo, dando condições à economia de ter um crescimento saudável.

Embora defenda a conversão da dívida externa em investimentos, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, superintendente do Grupo Votorantim, é mais pessimista. Falando para os cerca de 700 empresários que compareceram ao almoço, Ermírio disse que "estamos falidos" e que desta vez não adianta tentar pedir dinheiro no Exterior porque isso só servirá para ampliar o que já devemos. Lamentou que o déficit interno do governo já esteja em 5,5% do PIB, o equivalente a US\$ 13 bilhões, e disse que não importa de onde venha o capital a ser aplicado, contanto que isso ocorra dentro de regras bem definidas.

O empresário assegurou que a crise econômica é agravada pela demora na elaboração do texto da Constituição. "Há anos que me preocupo com o endividamento externo do País. Infelizmente, não se resolvendo essa questão, dificilmente sairemos da situação vexatória de sermos considerados maus pagadores e com falta de credibilidade." Lembrou que, ao lado do Gabão, o Brasil é o país que mais créditos tem no Exterior. Afirmou que daqui para a frente "nós temos que resolver nossos problemas e não os outros". Ermírio disse que para que isso aconteça é necessário mais trabalho com seriedade, fechando empresas estatais que não são importantes e capitalizando as boas.

Muito emocionado, Namir Salek preferiu não falar sobre balança comercial ou qualquer outro tema econômico, alegando que estava presente ao almoço apenas na condição de cidadão. No discurso de agradecimento, apenas discorreu sobre o significado de ser um sexagenário. Mas, ante a insistência dos jornalistas, disse que o resultado da balança comercial em outubro foi pior que nos meses anteriores.

Críticas ao governo

À tarde, em Brasília, cerca de 250 líderes empresariais que participaram da solenidade de instalação do conselho consultivo da União Brasileira de Empresários (UBE) não pouparam críticas à excessiva intervenção do governo na economia, à condução das negociações da dívida externa e às indefinições no campo político e econômico.

Antônio Ermírio de Moraes reafirmou o que dissera horas antes em São Paulo: "É preciso coragem para fechar as más empresas do governo". A recusa do Brasil em ir ao FMI foi muito criticada por Ermírio e outros empresários. Segundo Ermírio, "por causa da nossa resistência à idéia de ir ao FMI, estamos pagando um **spread** 40% mais alto que o México". Na sua opinião, o Brasil poderia fazer um acordo com o FMI sem permitir interferência em nossa economia, "como aconteceu no passado, o que seria humilhante". Para o empresário, "a moratória é um conto do vigário. E com a falta de credibilidade que o Brasil está experimentando, negociar a dívida externa é quase impossível".

Para o presidente da Fenaban/Febraban, Roberto Konder Bornhausen, o Brasil deve buscar a volta da normalização com a comunidade financeira internacional, "e já que somos sócios do FMI, a aproximação é natural". Para o presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil (AEB), Norberto Ingo Zadrozy, é necessário que se apresse o processo de conversão da dívida externa, "pois, se demorar, corremos o risco de ter poucos investidores".

Um ponto bastante criticado pelos empresários foi a falta de definição do governo em alguns setores, o que, na opinião da maioria, está provocando a falta de investimentos pelo setor produtivo.